



Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 09 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 40.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Jurandir Messias.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo P. Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS:

35/30

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Largo a área que especifica, para ser utilizada, por aquela municipalidade, na implantação do Cemitério Parque Municipal, Centro de Artes e Ofícios, quadras esportivas, Sede da Prefeitura, Museu de Ecologia e Exposições e outras obras de interesse comunitário. Visa, também, o anteprojeto de lei em causa a doação à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío Libanesas do Paraná da área que descreve, situada igualmente em Campo Largo, a ser utilizada na implantação de obras destinadas a dar atendimento ao idoso.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, dadas as finalidades a que servirão os imóveis a serem doados, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

Vale destacar que o anteprojeto contém dispositivos expressos de que os imóveis doados não poderão, a qualquer tempo, servir a outras finalidades, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado e que serão gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo parte do imóvel rural, constituída de área superficial de 1.460.000,00m² (hum milhão, quatrocentos e sessenta mil metros quadrados), contendo diversas benfeitorias, situada no quarteirão denominado NOSSA SENHORA DO PILAR, zona limítrofe ao perímetro urbano da cidade de Campo Largo, adquirido pelo ESTADO DO PARANÁ conforme matrícula R-3-1341, do livro n.º 02 — REGISTRO DE IMÓVEIS DA Comarca de Campo Largo.

Parágrafo Único — A área objeto da doação, de que trata este artigo deverá ser utilizada na implantação do CEMITÉRIO PARQUE MUNICIPAL, CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS, PLAY GROUND, QUADRAS ESPORTIVAS, MANUTENÇÃO DO POMAR PÚBLICO, MUSEU DE ENOLOGIA E EXPOSIÇÕES, BOSQUE COM EQUIPAMENTO DE PIQUENIQUE, LAGO, BAR, LANCHONETE, ESTACIONAMENTO, SEDE DA PREFEITURA DE CAMPO LARGO e outras obras de interesse comunitário, não podendo em tempo algum, e sob qualquer pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná, de todo o imóvel, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío Libanesas do Paraná o terreno rural, medindo a área superficial de 26.000,00m² (vinte e seis mil metros quadrados), a ser destacado do imóvel de área maior, situado no quarteirão denominado NOSSA SENHORA DO PILAR, zona limítrofe ao perímetro urbano da cidade de CAMPO LARGO, adquirido pelo ESTADO DO PARANÁ, conforme matrícula R-3-1341, do livro n.º 02 — REGISTRO DE IMÓVEIS da Comarca de Campo Largo.

Parágrafo Único — O imóvel de que trata este artigo somente poderá ser utilizado na implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente, que deverá estar concluída no prazo máximo de 10 (dez) anos, contados da data da respectiva escritura de doação, não podendo em tempo algum e a nenhum pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de, em qualquer dos casos, reverter ao patrimônio do Estado do Paraná, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização.

Art. 3.º — Os imóveis objeto das doações previstas nesta lei, ficam gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão das respectivas escrituras, ressalvada, quanto ao constante do art. 1.º, a possibilidade de ser dado em garantia para fins de financiamento do Projeto CURA — Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada ou outra modalidade de financiamento com características semelhantes.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 36/80

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Renovação datado de 14 de abril de 1980, do Convênio 53/79, celebrado em 22 de fevereiro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando a execução de obras necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura urbana da Capital do Estado, constantes do "Programa Especial de Investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Sob o número 614-000.0/083/80, do Sr. CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, Superintendente Regional do INPS — Instituto Nacional de Previdência Social, cumprimentando o Excelentíssimo Presidente, encarecendo que, através de sua pessoa, cheguem nossos agradecimentos a todos os Deputados que, no dia 14 do mês que passou, votaram favoravelmente ao projeto do atuante Deputado Wilson Fortes, de congratulações à nossa administração frente à Superintendência do INPS no Paraná. — Ciente. Arquite-se.

Telex:

AOS SENHORES PARLAMENTARES PARA TOMAREM CONHECIMENTO, NOS SEGUINTE TERMOS:
AUTORIZAMOS REFORÇO ORÇAMENTÁRIO CR\$ 300 MIL PARA CADA PROJETO MÓDULO ESPORTIVO BENEFICIANDO CIDADES AMPÈRE VG CHO-PINZINHO GV GUAIRA VG MARILUZ VG MARMELEIRO VG SANTA IZABEL DO OESTE VH SÃO JERÔNIMO DA SERRA PT

SAUDAÇÕES

MARCOS VINICIUS VILAÇA

DIRETOR DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S.B.S. L/34
BRASÍLIA — DF.

— Ciente. Arquite-se.

Emenda:

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 152/79

Acrescente-se, oude couber:

"Art. . . . O Parágrafo único do Art. 24 da Lei n.º 7074, de 03/01/79, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 24 —
Parágrafo único — Fica proibida aos integrantes da Carreira de Procurador do Estado a advocacia particular, respeitados os direitos adquiridos".

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1980.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo da Lei 7074, que pretendemos seja alterado, vem com a redação que ora propomos, sanar vício de inconstitucionalidade, conforme prevê o § 3.º do Art. 153, da Constituição Federal, quando estabelece que a lei não poderá

prejudicar o direito adquirido, que é o caso que vem ocorrendo desde a vigência da citada Lei 7074.

Com a vigência da nova lei, inúmeros bacharéis lotados na Procuradoria Geral do Estado, que desde longa data vinham dedicando-se à advocacia particular, foram tolhidos destas suas atividades, em completo desacordo com a legislação federal que estabelece a incompatibilidade e impedimento para o serviço da advocacia.

Com a presente emenda, estamos aprimorando a norma legal estabelecida e que no projeto original, já era consagrada, e que evitará inúmeros mandatos contra o Estado, por inúmeros funcionários que tiveram seus direitos feridos ilegalmente.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de ontem, do Sr. JOSE HELMANN, pioneiro e fundador do Distrito de Jacutinga, no Município de Francisco Beltrão, e pessoa de alta estima daquela comunidade.

Outrossim, requer que do presente se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Balduino Helmann.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1980.

(a) TÚLIO ZANCHET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando URGENTES providências no sentido de ser procedido o recapeamento do asfalto compreendido no trecho que liga o Bairro dos França ao Distrito de Imbaú, na Rodovia do Café, em face do seu precário estado de conservação.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A melhoria solicitada está passando da hora de ser provida. Este trecho, Bairro dos França - Imbaú, é o pior de todos na Rodovia do Café.

Inúmeros defeitos existem na pista, ocasionando inclusive, acidentes. Tratando-se de uma rodovia, não se concebe como a Secretaria dos Transportes ainda não tomou alguma providência no sentido de melhorar as condições da pista. Além dos acidentes que tem provocado, deve-se também levar em consideração os danos causados nos veículos que por ali trafegam.

Trata-se de um trecho perigoso, não só pelo intenso movimento de veículos, como também e principalmente pelos levantamentos existentes na pista, obrigando, muitas vezes, os motoristas procederem manobras que na maioria delas provocam acidentes, muitos dos quais de proporções graves.

Daí a nossa preocupação em requerer tal providência, URGENTEMENTE, em nome da segurança dos que por ali transitam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de telex às seguintes autoridades: JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, Presidente da República Federativa do Brasil; ANTÔNIO DELFIN NETO, Ministro do Planejamento, e AMAURI

ÂNGELO STABILE, Ministro da Agricultura, manifestando o descontentamento do povo paranaense pela forma com que o Governo estabeleceu o plano para o plantio do feijão das secas, o que determinou total frustração da safra, com enormes prejuízos.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1980.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Apesar dos insistentes apelos dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e dos próprios produtores, o Governo Federal mostrou-se insensível e acabou estabelecendo um plano de financiamento para o plantio do feijão das secas, completamente inoportuno e extemporâneo, o que gerou enormes prejuízos para a agricultura do Paraná e para o próprio Governo, que terá de liberar, através do PROAGRO, milhões de cruzeiros como ressarcimento dos prejuízos.

Pelos primeiros levantamentos feitos pela Associação dos Engenheiros Agrônomos e pelos núcleos da Secretaria da Agricultura, nas regiões de Cornélio Procopio e Cascavel não haverá produção alguma de feijão das secas.

Queremos assim, manifestar o nosso descontentamento, a nossa revolta, pela forma irresponsável como os órgãos do Governo Central vêm conduzindo a nossa política agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando a imediata implantação de um sistema de policiamento preventivo nos estabelecimentos escolares, localizados nas áreas periféricas de Curitiba, e que mantém cursos no período noturno.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Este é o nosso segundo apelo à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de que seja efetuado um policiamento preventivo, no período noturno, junto aos estabelecimentos escolares de nossa Capital, principalmente nos situados fora da área central.

Fazíamos o primeiro apelo no ano passado, quando professores, pais de alunos e os próprios alunos, nos mostraram um quadro realmente sério.

Multiplicaram-se, porém os pedidos, em função da ação de marginais e desocupados junto a alguns estabelecimentos escolares, cujos professores, diretores e alunos estão sendo até mesmo ameaçados. E não fosse apenas isso, chegou até nós denúncias de que viciados e traficantes de drogas estão agindo impunemente junto a alguns estabelecimentos de ensino, principalmente no período noturno.

É um quadro entristecedor e muito sério, o que nos leva a crer que o Sr. Secretário da Segurança Pública não ficará indiferente às reivindicações de professores, pais de alunos e alunos, determinando as medidas necessárias a resguardar a tranquilidade de todos os que freqüentam aulas no período noturno nesses estabelecimentos escolares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a anexação do Projeto de Lei n.º 125/77 ao Projeto de Lei n.º 209/79, por versarem ambos sobre idêntica matéria, criação do Distrito Administrativo de Cachoeira no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, e atendida as formalidades, REQUER sejam transcritas nos Anais da Casa, as CONCLUSÕES do I Encontro de Professores do Oeste do Paraná, bem como manifestar às entidades promotoras (Associação dos Professores do Paraná - APP-Curitiba; Associação dos Professores Licenciados do Paraná - APLP-Londrina; Conselho de Representantes de Professores do Paraná - CRPP-Curitiba; Associação Toledana de Educadores (ATED-Toledo) o aplauso pela iniciativa, pois, reunindo mais de 300 professores da região oeste, o conclave teve grande valia, não só pelo conagração da classe, mas também pela ampliação dos estudos específicos da mesma e debate de assuntos de ordem geral, inclusive os relacionados ao professor e à realidade nacional.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois fatos de suma gravidade para o processo de abertura democrática chamam atenção, hoje, da opinião pública brasileira e principalmente do mundo político.

O primeiro deles, a decretação da prisão preventiva dos metalúrgicos.

Há que se recordar que inicialmente, quando ainda o Governo, talvez pego de surpresa, não exercesse a sua pressão sobre o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, este Tribunal deu-se por incompetente para apreciar a legalidade da greve.

Depois disso, com a pressão do Governo, aquele Tribunal, mostrando-se inteiramente atrelado ao executivo e perdendo, conseqüentemente a sua autonomia de poder autônomo que deve ser o Poder Judiciário, vergou-se à pressão do Governo e decretou ilegal o movimento e, a partir daí, o Governo pode exercer a sua arbitrariedade sob o aspecto legal, ou seja, a partir de uma decisão de um Tribunal que considerou ilegal o movimento, o Governo passou a exercer todo o seu arbítrio, através da intervenção no sindicato e prendendo primeiro e arbitrariamente, sem mandados, os líderes, e agora o Tribunal Militar sacramenta este arbítrio.

O segundo fato, Sr. Presidente, o mais grave para a abertura política é o que diz respeito à novela que atravessa o Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB, um partido de profundas raízes no Brasil e o único partido verdadeiramente alicerçado no sentimento popular, está sendo disputado por dois grupos. Disputados no Tribunal, porque na verdade o PTB se é que renasce, renasce exclusivamente pela luta de um grupo, o principal grupo realmente representativo, que é do Sr. Leonel Brizola.

Pertenço a um outro partido e talvez possam até julgar de que isso não é assunto para ser tratado por integrante de um outro partido, mas, eu acho que, partido político, pertence ao patrimônio da Nação e o que o brasileiro assiste, o que a opinião pública assiste é mais um Tribunal atrelado, mais um Tribunal submisso às intenções do Planalto.

Ninguém desconhece as ligações que a Senhora Ivete Vargas tem com o Ministro Chefe da Casa Civil, o raposíssimo Golbery C. e Silva. Daí porque estranhar-se que a Sra. Ivete Vargas, que não representa efetivamente interesse popular algum, de que PTB talvez só tenha ligação pessoal com a família

Vargas, venha tendo vitórias seguidas e agora, esteja às vésperas de receber o patrimônio histórico do PTB. Este PTB que — diga-se de passagem — se hoje ressalta as manchetes de jornais, se hoje agita novamente as massas, é devido exclusivamente ao ex-Governador Leonel Brizola.

A quem podemos discordar, mas temos que ser honestos para reconhecer que se deve renascer o PTB, deve renascer com o Sr. Leonel Brizola.

E daí porque, temos o direito de tocarmos neste assunto porque, quando vemos que a injustiça, quando vemos que a arbitrariedade, que a parcialidade atinge a casa do vizinho, é necessário que nós coloquemos as barbas de molho. Porque, o que acontece com o PTB hoje, de dar-se sigla a um grupo que realmente não representa nada no Brasil, a um grupo extremamente de Gabinete, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consagra a artificialidade na Reforma Partidária.

Desde o início, essa Reforma Partidária foi feita de cima para baixo, e agora, um Tribunal Eleitoral, o Supremo Superior Tribunal Eleitoral quer consagrar todo esse artificialismo, toda essa hipocrisia e toda essa falsidade, ao deixar alijado do processo político partidário o Sr. Leonel Brizola e todos os Parlamentares que optaram pela formação do bloco trabalhista, liderado pelo ex-Governador.

Por isso, eu acho realmente que havemos de meditar. Se estivéssemos num processo de abertura política, se realmente os mandatários da Nação desejassem estabelecer um jogo livre e franco da democracia, em que realmente as maiorias tivessem a capacidade de mandar, não há dúvida alguma que o PTB deveria ser do Sr. Leonel Brizola. Porque a maioria do PTB hoje, é, indiscutivelmente, brizolista. E ao se consagrar, ao Tribunal dar uma sentença ao grupo da Sra. Ivete Vargas, é o dedo sinistro do Planalto num Tribunal.

E, afinal de contas, não surpreende, porque em São Paulo já ocorreu assim. E todas as vezes que o MDB, no curso de sua história, invocou os Tribunais, nunca teve um só Tribunal que tivesse a ousadia de se levantar contra a arbitrariedade, contra a ilegalidade, contra o abuso de mando do Executivo, porque, afinal de contas, só existem as ditaduras quando existem Poderes Judiciários para servi-las.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Não pretendemos aqui, questionar se a Secretaria da Segurança Pública do Paraná tem ou não condições materiais ou humanas, para fazer frente às suas reais necessidades, porquanto nós todos sabemos que, realmente, o setor de segurança pública não está equipado adequadamente, e por isto, a população curitibana e paranaense devem suportar o ônus dessa deficiência.

Jamais, em meus pronunciamentos desta tribuna ou através de declarações à imprensa, ou mesmo através de minhas atividades como profissional do rádio e da televisão, escondi meus pontos de vista em relação ao problema afeto a esse importante setor. Procurei, em meus posicionamentos, ser justo e me aproximar, o mais possível da realidade, não fazendo sensacionalismo, jamais.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a enfocar um assunto por nós trazido até esta tribuna no ano passado: a quase absoluta falta de segurança nas escolas da periferia da cidade, principalmente as que têm aulas no período noturno. Já no ano passado, fazíamos um apelo ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que fossem tomadas providências a fim de garantir não só a frequência normal das aulas, mas também a integridade física de alunos, de professores e diretores das escolas, porque estávamos sabendo da grave ameaça que pai-

rava e que paira sobre todas essas pessoas. Até então, tínhamos em mãos algumas poucas denúncias a respeito do problema, denúncias estas que nos foram trazidas por professores, pelos pais de alunos.

Esperávamos que nossos apelos, feitos à Secretaria da Segurança Pública fossem atendidos, mas, infelizmente, as denúncias, os apelos e as reclamações agora se multiplicaram, moldando, na realidade, um quadro negro e muito sério. Senão, vejamos: professores e professoras já estão sendo ameaçados, principalmente por traficantes de maconha; a maconha e outros alucinógenos que estão sendo comercializados em frente às escolas; nossa juventude está sendo aliciada, está sendo levada para o caminho do vício.

Basta isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acredito que nenhum de nós e nem mesmo o Sr. Secretário de Segurança que, por certo, é um homem sensível aos problemas que lhe são afetos, pretende carregar na consciência o peso de silenciar ante um quadro tão sério. Nós não podemos silenciar e acredito que as autoridades responsáveis, igualmente, não haverão de ficar indiferentes à imperiosa necessidade de fazer alguma coisa.

Para mostrarmos, com mais clareza, o quadro que nos foi mostrado, relatamos apenas isso: o Colégio do Jardim Paraná, há dias passados, foi apedrejado e seus professores ameaçados. Na Escola Nossa Senhora Aparecida, na Vila São Pedro, a diretora foi ameaçada também por marginais, calculando-se que sejam traficantes de tóxicos. Há dias passados, em frente ao Colégio Nilson Ribas, viciados em drogas foram flagrados pela Polícia, depois que os órgãos da segurança descobriram que, num veículo estacionado em frente àquele estabelecimento, as drogas eram comercializadas, vendidas para os alunos. Em outro estabelecimento de ensino, recentemente inaugurado, no Jardim Itamarati, as alunas são ameaçadas. Lá, os desocupados, principalmente à noite, aguardam a passagem das alunas por uma ponte, para delas se aproximarem e atentarem contra a integridade física das mesmas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma situação intragável esta em que alunos, alunas, professoras, diretoras de estabelecimentos de ensino se encontram ante a impassividade dos órgãos de segurança pública.

Não sou, Deputado, que reivindica, que reclama, que pede: é a população, são os alunos e as professoras que reivindicam um direito que lhes cabe, porque lhes é assegurado até mesmo pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artigo terceiro diz exatamente isso: “Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, afirmando que não me calarei enquanto não forem atendidas estas reivindicações, e faço um apelo ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de que sejam destacados policiais militares para assegurarem em todas as escolas da periferia da cidade, que mantêm cursos noturnos”.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Anfrísio Siqueira.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Romero Filho se reportava à nomeação de advogados de primeira classe e acusava o Governador do Estado de querer transformar este Estado numa oligarquia.

No entanto, cumpre-me um dever de consciência, de vir registrar nesta Casa, o meu protesto contra aquele pronunciamento; porque alguns desses que foram nomeados e que foram citados no pronunciamento, conheço-os e outros tive a oportunidade de trabalhar com eles.

Por isto mesmo, conhecendo sua capacidade de trabalho e mérito, não poderíamos deixar que esses nomes ficassem, nos Anais desta Casa, com a mancha de que tenham sido promovidos à primeira classe por apadrinhamento político.

Se fosse a intenção do Governador Ney Braga apadrinhar amigos ou políticos, teria ele, quando houve a Lei dos Engenheiros votada nesta Casa, propiciado um posicionamento melhor para os Deputados que são Engenheiros e que compõem esta Casa, Deputados Quielise Crisóstomo, Wilson Fortes, Cyro Martins, Deni Schwartz e este Deputado, e os Deputados Federais Mário Stamm e Hamilton Vilela.

No entanto, estes Deputados que são Engenheiros do Estado, poderiam, por apadrinhamento político, serem promovidos inicialmente à primeira classe. Esta é a prova mais contundente de que o Governador do Estado procura agir juntamente com os seus Secretários, com o maior espírito de justiça, e quanto àqueles nomes de advogados que foram citados no pronunciamento do nobre Deputado.

Alguns deles, como Ivan Clóvis de Quadros Assad, que segundo aquele Deputado, teria sido promovido por ser cunhado do Embaixador Orlando Soares Carbonar, devo testemunhar que este advogado, do DER também, que por longa data labutou conosco dentro do DER, em grandes e relevantes serviços prestados ao Estado.

E, naquela oportunidade, teve condições de provar que é um advogado de elevada competência e que não merece ser citado, que tenha sido promovido por apadrinhamento político.

Outra seria a advogada Thereza Ayres de Carvalho, que a conheço desde os bancos universitários. E tenho testemunhado alguns dos seus trabalhos junto ao Estado do Paraná; prestado grandes serviços ao Estado, não pode, portanto, ser injustiçada e ter o seu nome manchado profissionalmente, com tais alegações.

Outra, Maria Lúcia Reginer Guimarães, que a conheço e também o seu trabalho, e devo testemunhar ainda que, quando estudante, tive a honra de tê-la como minha aluna e, naquela oportunidade, demonstrava ser uma das pessoas de maior competência, uma estudante dedicada e que relevantes serviços prestou também ao Estado do Paraná.

Os demais advogados citados, não os conheço pessoalmente, mas tenho notícias que têm prestado também relevantes serviços a este Estado. E não podem nem devem, e não poderíamos deixar neste instante, de registrar o nosso protesto e testemunhar em favor desses advogados que têm grandes méritos em suas carreiras e assiduamente tenho oportunidade de encontrá-los em seus ambientes de trabalho. Esses têm demonstrado sempre grande gratidão ao cargo que ocupam. E, ao Estado do Paraná, cabe aqui um registro. Registrar os agradecimentos pelo trabalho desses advogados e que na minha opinião foram promovidos ou nomeados para a primeira classe, com grandes méritos e têm aqui os nossos maiores elogios.

Fica aqui registrado nosso apoio ao Governador Ney Braga, por ter feito apenas justiça, nesses casos.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “O Governo da Revolução teima em ser irresponsável e inconsequente.

No dia 25 de março, desta mesma tribuna, fazíamos um alerta sobre a inoportunidade do plantio do feijão das secas fora de época, que segundo a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, seria um desastre. E dentro da realidade agrícola brasileira, as previsões se confirmaram.

O Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, que atua na região de Cornélio Procopio, cobrindo quase 20 municípios essencialmente agrícolas, já tem um diagnóstico da vergonhosa campanha “Plante que o Governo garante”. Após levantamentos da EMATER-PR, e do próprio Banco do Brasil, constatou-se o que já era esperado: não haverá produção alguma de feijão das secas. Na área de 6 mil e 300 hectares, haverá perda total.

As causas já haviam sido apontadas no começo do ano, quando o Governo estabeleceu o plano tardiamente, e já se sabia que a “mosca branca”, o “mosaico dourado” e o frio seriam os responsáveis pela safra frustrada.

Na região de Cornélio Procopio, as solicitações de PROAGRO chegam a mais de 100 pedidos, devendo atingir todos os financiamentos feitos. E o preço do produto continua em alta, chegando aos dois mil e duzentos cruzeiros a saca de 60 quilos.

Na região de Cascavel, os técnicos admitem a total frustração da atual safra de feijão das secas, sendo que os prejuízos atingem mais de 72 milhões de cruzeiros. Naquela região, somente em vinte municípios, foram contraídos financiamentos para o plantio de 9 mil hectares.

É muito simplista dizer: “Plante que o Governo garante”. O mágico Delfin Neto anunciou ao mundo as nossas abundantes safras. E não é sem razão que os produtores vivem dizendo “Plante pouco que o gordo é louco”. Aliás, o Governo todo é louco. Louco e irresponsável.

A frustração da safra do feijão das secas terá reflexos imediatos e imprevisíveis. O feijão, hoje artigo de luxo, deverá nos próximos dias, sofrer um aumento na ordem de cinquenta por cento o quilo, isto é, vai beirar os Cr\$ 60,00.

Para o custeio do feijão das secas, a única exigência era que se plantasse a área total e se tratasse a lavoura adequadamente, tendo sido dispensados o uso de sementes certificadas e a aplicação de fertilizantes.

Sem esquema algum de fiscalização mais eficiente, o Banco do Brasil foi liberando os financiamentos à base de Cr\$ 14.100,00 por alqueire, sendo oitenta por cento no ato da assinatura da cédula rural e vinte por cento na colheita. Como não haverá colheita, o PROAGRO cobrirá os empréstimos através do Banco Central. Em síntese: não houve safra; o produtor não terá que cobrir débito algum; o feijão estocado, em pequena quantidade, sofrerá aumento considerável nos preços e o Tesouro Nacional vai abrir os cofres para cobrir os prejuízos. Existe melhor maneira de incentivar a inflação?

Mas será que ninguém saiu ganhando com essa brincadeira delfiniana? Claro que sim. Foram muitos os proprietários de terras que obtiveram financiamento e não plantaram um grão sequer de feijão. Comentam que, somente o Grupo Atalla de Porecatu, teria a responsabilidade de plantar mil alqueires, dentro do percentual de área. Ora, com financiamento de Cr\$ 14.100,00 por alqueire, é fácil deduzir que o Grupo Atalla deve ter sido aquinhado com ONZE MILHÕES E DUZENTOS MIL CRUZEIROS (liberação de oitenta por cento).

Mas, como neste País os homens que usam o poder indevidamente só estão preocupados em bater em operários e caçar subversivos que só existem nas mentes doentias e poluídas, os desmandos e a corrupção estão na “Pole-Position” há muito tempo.

Até quando os alicerces de barro do Governo suportarão os movimentos salariais? Até quando a irresponsabilidade e a desonestidade de um regime de força, ficarão impunes?

O tratamento que o Governo dispensa para a nossa política agrícola é um crime. Neste País, infelizmente, quem está atrás das grades deveria estar fora e quem está fora deveria estar dentro. Mas, dia menos dia, os responsáveis pelo feijão a Cr\$ 500,00 o quilo, o arroz a Cr\$ 40,00, a carne a Cr\$ 110,00 o leite a Cr\$ 19,00 o litro, o salário mínimo de Cr\$ 4.149,69, estarão no lugar que a história lhes reservou: atrás das grades”.

Estamos enviando requerimento à Mesa, dirigido ao Presidente da República, ao Ministro do Planejamento e ao Ministro da Agricultura, manifestando o descontentamento do povo do Paraná, pela forma com que o Governo estabeleceu o plano para o plantio de feijão das secas, o que determinou total frustração das safras, com enormes prejuízos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Neste domingo o País inteiro estará rendendo suas homenagens àquele que é a mais cara de nossos sentimentos: a mãe.

Infelizmente, a selvagem sociedade de consumo em que vivemos, deturpou quase tudo de belo que esta data representa. Ser mãe tornou-se ser garota-propaganda de nossa indústria e de nosso comércio.

Falar sobre mãe, hoje em dia, é bom negócio para vender liquidificador, máquina de costura, fogão à gás ou um automóvel.

Mas, pior do que ser imagem de TV, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é ser mãe de fato em um País como o nosso.

Ser mãe, com uma inflação galopante que a cada dia torna mais impossível a incursão ao supermercado, deve ser mesmo uma situação difícil.

Ser mãe e ver o pai de seus filhos desempregado ou mal empregado, deve ser doloroso.

Ser mãe e ver os filhos em andrajos, sem escola, vegetando ao lado de abastados, onde a fome nem consta de seus dicionários, com toda a certeza deve ser muito dolorido.

Ser mãe esperançosa em um mundo de promessas vãs dos nossos governantes, aguardando a utopia dos dias melhores tão alardeadamente anunciados, além de triste é altamente cruel.

Fico aqui com o poeta Coelho Neto: "Ser mãe é padecer em um paraíso . . ." mas das multinacionais, que no seu capitalismo selvagem, vem destruindo a grande família que é a Pátria, e em decorrência, desintegra a família em si do brasileiro, que pelo custo de vida, pelo curto dinheiro e pela própria fome, que já começa a grassar até acima da classe pobre, já totalmente corroída.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sexto orador inscrito, nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Casa, apenas um requerimento para transcrições nos Anais, das conclusões do I Encontro de Professores do Oeste do Paraná, bem como, manifestar um voto de aplauso pela iniciativa.

Nos últimos fins de semana, a primeira etapa em Cascavel e na última em Toledo, mais de 300 professores do Extremo-Oeste do Paraná, participaram de um conclave que teve grande valia, não só pela congraçamento da classe, mas principalmente pela ampliação de estudos específicos e amplo debate de assunto de ordem geral, inclusive, relacionados ao professor e à realidade nacional.

A Associação dos Professores do Paraná, a Associação dos Professores Licenciados do Paraná, o Conselho de Representantes de Professores do Paraná, juntamente com a Associação Toledana de Educadores, promoveram esta iniciativa que, entre outras coisas, teve conclusões de grande importância e de tempestividade como de poucas vezes se registrou.

Apenas para rememorar, há que se destacar a recomendação das decisões deste conclave, para que os professores parti-

cipem da política. (Lê):

"Analisando os programas de cada partido, filiando-se conscientemente àquele que julgar melhor, tornando-se elementos candidáveis, para em tudo, fazerem e exigirem a boa política, sem prejuízos de seu cargo de Professor.

2. CONVIDAR TODOS OS PROFESSORES para se filiarem às Entidades e, ao mesmo tempo, solicitar a fusão das três Entidades.

3. ELEGER uma diretoria provisória para a sub-sede da Região Oeste, formada por dois ou três elementos de Cascavel e um elemento de cada cidade aqui presente (Toledo, Terra Roxa, Capitão Leonidas Marques e Catanduvas).

4. RATIFICAR as bandeiras de luta da última Assembléia Conjunta das três Entidades, realizada no dia 27 de abril, em Maringá:

4.1. Pela não redução dos vencimentos e nem atraso de pagamento.

4.2. Pela Estabilidade dos que tiverem dois anos, até dia 29/02/80.

4.3. Pela CLT para os não estabilizados, com menos de dois anos, sem prejuízo de concursos.

4.4. Pela ampliação das vagas orçamentárias, para serem preenchidas pelos professores que passaram no último concurso.

4.5. Pelos regimes diversos de trabalho e hora permanente, a serem estudados por uma comissão.

4.6. Pelo segundo padrão.

4.7. Pelos avanços diagonais a partir de 15 de abril de 1977

4.8. Pela revogação da Resolução 208/80, que permite discricionariamente o remanejamento dentro do município.

4.9. Pelo nível II às normalistas que já cumpriram o estágio probatório.

4.10 Por pisos salariais mais condizentes, correspondendo o piso em, no mínimo, três (03) salários mínimos maiores do País, independentemente do vínculo empregatício e do órgão contratante.

4.11. Pela solução imediata do funcionamento integral de todas as escolas.

4.12. Concurso de ingresso, urgente, para especialistas de educação, para os do esquema I e II, e/ou para os de disciplinas profissionalizantes, com habilitação específica.

4.13. Por um melhor atendimento por parte do IPE, no interior.

4.14. Pelo ensino público gratuito.

4.15. Pelo aumento salarial semestral para julho de 80 a todos os professores, tomando como base o índice de inflação do primeiro semestre, mais quinze por cento.

4.16. Pelo 13.º Salário, sem prejuízo dos direitos já adquiridos.

4.17. Pela qualificação de produtividade extensiva ao magistério público.

5. EXIGIR a Reforma da Reforma do Ensino, voltada para uma educação das classes trabalhadoras, através do ensino gratuito, de cursos realmente profissionalizantes, e não apenas com disciplinas profissionalizantes, através de currículos mais adequados, de valorização dos mestres, enfim, que se revise e se repense, com os professores, através dos Representantes de Classe, tudo o que exige o processo educacional humanizante.

6. REIVINDICAR:—

6.1. O enquadramento dos professores estabilizados, no Quadro Único para o Quadro Próprio do Magistério.

6.2. Lei de contagem recíproca de tempo de serviço prestado à empresa privada, prefeitura e estado, desde que não seja paralelo, nos moldes da lei federal.

7. EMITIR moção de solidariedade ao eminente professor e jurista DALMO DE ABREU DALLARI, que por motivo de sua prisão em São Paulo, não pode proferir conferência no Encontro.

8. EMITIR moção de apoio aos professores grevistas de Minas Gerais e protestos contra as prisões de seus líderes e contra o enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

9. EMITIR moção em que conste:

1. apoio aos metalúrgicos de São Paulo;
2. protesto contra as intervenções nos sindicatos e contra as prisões e o enquadramento de seus líderes na Lei de Segurança Nacional.

10. EMITIR moção de solidariedade à Igreja, especialmente a D. Paulo Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo, e a D. Cláudio Hummes, de Santo André, pelo apoio que vêm dando à Classe Trabalhadora, quer aos metalúrgicos, quer aos professores, quer a outras categorias.

11. ELABORAR, tendo em vista que há elevadíssimo contingente feminino nos Quadros do Magistério, cuja maioria tem influenciado negativamente no processo associativo da categoria, quer por usar o magistério como passa-tempo ou complemento de salário, quer por depender dele e silenciar exatamente por esta dependência pelo medo de perder o pouco que tem - em todos os casos, havendo uma alienação, uma falta de consciência da luta comum, UM DOCUMENTO, alertando essa mulher professora, essa mulher trabalhadora, de que enquanto se luta pela libertação da mulher, pela igualdade de condições, ela própria se rebaixa à condição de inferioridade, na medida em que não se conscientiza como profissional, não se mobiliza, possui medo, aceita o salário que lhe é imposto, enfim, na medida em que, em primeiro plano, não influi positivamente no processo associativo da categoria, e como decorrência, das demais categorias, e que este documento seja divulgado na "Página da Educação" que as Entidades mantêm, divulgado na imprensa em geral e levado às escolas.

12. VIABILIZAR, tendo em vista que o Professor em geral:

a. não conhece a realidade brasileira, econômica, política e social, pois não possui critérios críticos para interpretá-las;

b. restringe-se à ação entre "quatro paredes", quer por sobrecarga profissional, por alienação, por medo, quer por afazeres domésticos, ENCONTROS, seminários, discussões em grupo, participação nas APMs, nas Entidades de Classes dos trabalhadores, nas Associações de bairros, etc., para que todos, professores, pais, alunos, classes trabalhadoras e comunidade em geral, possam discutir os problemas insolventes impostos pelo sistema, criando-se uma consciência crítica e uma participação de todos nos movimentos de cada um.

13. DENUNCIAR que a pedagogia e a didática em nível de satisfação tecnológica, estão prejudicando a Educação e reduzindo as oportunidades porque elas se preocupam com o barateamento da mão-de-obra e são dirigidas para um campo de trabalho pré-estabelecido. A escola funda-se em alicerces falsos, divorciados da realidade comum da sociedade, para servir a grupos minoritários.

14. DENUNCIAR que as reformas educacionais propostas e operadas num regime político autoritário não podem viabilizar as reivindicações das camadas populares, porque via de regra não são para melhorar as condições básicas do povo, mas sim para sustentar o regime.

15. DENUNCIAR que o projeto de desenvolvimento no Brasil possui falsa ideologia, pois visa apenas o aspecto social, que atinge a grande camada populacional. Ela impede a participação dos professores e das demais classes trabalhadoras no seu processo, tolhendo-se a liberdade nas suas reivindicações classistas.

16. INCENTIVAR o associativismo para que cada professor possa, através das Entidades de Classe, ser ouvido nos problemas de educação.

17. ALERTAR as autoridades que a reforma da reforma do ensino só pode atender aos interesses populares e do magistério, na medida em que o povo e o magistério puder opinar e a sua opinião for acatada.

TEMAS EXPOSTOS NO ENCONTRO

1. "Garantia de que o desenvolvimento é a resposta às verdadeiras necessidades e aspirações dos povos". — Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, da UFMG.
2. "A atuação das Entidades de Classe na transformação da Educação brasileira". — Prof. Hermes Zanetti, Pres. da Confederação dos Professores do Brasil — CPB.
3. "Educação e Política Partidária". — Dr. Cândido M.M. de Oliveira, ex-secretário da Educação.
4. "Educação para o Desenvolvimento". — Professora Thereza Noronha Carvalho, vice-Pres. da Confederação Mundial das Organizações de Professores - CMOPE.
5. "Os direitos do Professor". — Dr. Elud José Borges, Assessor Jurídico das Entidades.
6. "Que educador exige a realidade brasileira?" — Professora Maria Nilde Mascelloni, da PUC de São Paulo.

Para fugir ao academicismo rotineiro adotado em seminários, simpósios, encontros, etc., programaram-se estudos de grupo, debates com os conferencistas, relatórios de grupos, relatórios globais e plenária.

Ao todo participaram trezentos e sete professores.

Associação dos Professores do Paraná APP - Curitiba
Associação dos Professores Licenciados
do Paraná APLP -- Londrina
Conselho de Representantes de
Professores do Paraná. CRPP -- Curitiba
Associação Toledana de Educadores ATED -- Toledo

Grandes trabalhos foram desenvolvidos principalmente por Professores de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, professores catedráticos que vieram dar a sua contribuição na análise da educação ante o desenvolvimento brasileiro.

E qual é o papel do educador ante a presente realidade nacional? 307 participantes e que fora do academicismo rotineiro adotaram um programa de estudos de grupo, debates com os conferencistas, relatórios de grupos, relatórios globais e de plenário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, concluo evidenciando a grande importância deste I Encontro dos Professores do Oeste do Paraná, reunindo mais de 300 pessoas, de 300 professores que discutiram uma gama de problemas e de interesses da classe e especificamente pela corajosa conclusão que tomaram, evidenciando a conscientização da classe. E isso bem vale, não só o registro nos Anais das conclusões, bem como um voto de aplauso pela iniciativa que representa novo entusiasmo da classe e uma ousada presença em todos os assuntos de âmbito nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. —
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do

expediente.— Recebida.— Junte-se ao referido projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 17/79, que declara de utilidade pública a “Associação Luterana de Guarapuava — Ação Social, Cultural e Recreativa”, com sede na Cidade de Guarapuava.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 17/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO LUTERANA DE GUARAPUAVA — AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA, com sede na Cidade de Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 185/79, que declara de utilidade pública o “Centro Espírita Missionários da Luz”, com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 185/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA “MISSIONÁRIOS DA LUZ”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 187/79, que declara de utilidade pública, a “Associação de Pais e Professores do Instituto Imaculada Conceição”, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 187/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 188/79, que declara de utilidade pública o “Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba”, com sede e foro em Curitiba.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 188/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o CENTRO DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO LOGOSÓFICA DE CURITIBA, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 193/79, que declara de utilidade pública a “Associação Filantrópica das Damas Rotárias de Andirá”, com sede no Município de Andirá, Estado do Paraná.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 193/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DAS DAMAS ROTÁRIAS DE ANDIRÁ, com sede na Cidade de Andirá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 197/79, que declara de utilidade pública a Conferência Vicentina de Ibiporã, com sede e foro na Cidade de Ibiporã.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 197/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CONFERÊNCIA VICENTINA DE IBIPORÃ, com sede e foro na Cidade de Ibiporã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 198/79, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia — Regional de Cascavel Seção do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 198/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA — REGIONAL DE CASCAVEL — SEÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 209/79, que cria o Distrito Administrativo de Cachoeira no Município de São José dos Pinhais, com sede e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 209/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A ;

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Cachoeira de São José, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

— inicia no Rio Iguaçu, na foz do Rio Miringuava. Desce pelo Rio Iguaçu até cruzar com a Rodovia Municipal NX-421 e segue por esta até a Rodovia NX-004, e, por esta, até cruzar com a Rodovia Municipal NX-306, seguindo até a Rodovia NX-423 e por esta, até a Rodovia NX-106, daí seguindo até cruzar com a Rodovia NX-416 e, por esta, até a Rodovia NX-003. Segue pela Rodovia NX-003 até a ponte sobre o Rio Miringuava-Mirim, descendo por este até a sua desembocadura no Rio Miringuava, daí descendo até a sua foz no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 3/80, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância” de Alvorada do Sul, Estado do Paraná.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 03/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A ;

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ALVORADA DO SUL, com sede e foro na Cidade de Alvorada do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Helmann, ocorrido no Município de Francisco Beltrão.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com o apoio do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, em forma de apelo, para que o débito daquele Ministério de um bilhão e trezentos milhões para com o Governo do Estado seja liberado este ano.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa).

12 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 1, 8, 9 e 10/80 e dos Projetos de Lei n.ºs 131/79 e 154/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 189/79, 190/79, 1/80, 2/80, 15/80 e 18/80.

Levanta-se a sessão.